

HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA: O CASO DOS LIVROS DIDÁTICOS

Tiago de Melo Gomes¹

RESUMO

O presente artigo irá relacionar os livros didáticos de História com as principais linhas historiográficas. O texto buscará se diferenciar de outras análises de livros didáticos de História em alguns aspectos: primeiramente, discutirá obras publicadas neste século que se consideram renovadoras, ou ao menos coleções antigas que apresentaram novas edições ditas modernizadas; e em segundo lugar, focar-se-á em uma questão específica: a filiação historiográfica das obras. Assim, discutir-se-á sobre diversas coleções recentes de 5ª a 8ª série, divididas em dois grupos: primeiramente aquelas que mantêm o ordenamento cronológico tradicional, vindo em seguida aquelas que utilizaram o modelo temático de exposição.

PALAVRAS-CHAVE

História; Livros Didáticos em História; Historiografia.

ABSTRACT

This essay will relate History didactic books with main historiographic lines. The text will try to differ from other analysis of History didactic books on the following aspects: firstly it will discuss works published this century considered innovating or at least old collections which have presented new editions so called modernized; secondly it will focus on one specific issue: the historiographic filiation of the books. This way, several recent collections from 5th to 8th grades will be discussed, divided in two groups: first those that maintain the traditional chronological order, and then those that have used the exposition thematic model.

¹ Tiago de Melo Gomes é Bacharel, Mestre e Doutor em História pela UNICAMP e professor de História Contemporânea na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPRER).

KEY WORDS

History; History Didactic Book; Historiography.

INTRODUÇÃO

Instrumento fundamental na prática cotidiana da grande maioria dos professores da educação básica, o livro didático sempre esteve na mira dos estudiosos da educação brasileira. Nesse sentido, o livro didático de História não é exceção, tendo sido alvo de diversos estudos ao longo dos anos (ver, entre outros, BITTENCOURT, 1997; CAIMI, 1999; FONSECA, 2003; FRANCO, 1982). Tais trabalhos tematizaram os mais variados aspectos ligados a seu objeto: seu caráter de produto da indústria cultural, seus vínculos com o Estado, sua didática, seus exercícios, as fontes utilizadas, sua ideologia, sua concepção de História, entre outros tantos.

Sendo assim, por que vale a pena escrever outra análise de livros didáticos? Penso que isso se justifica a partir de duas questões. A primeira é que, em sua busca pela abrangência, algumas análises anteriores acabaram dedicando-se pouco a cada uma das questões trabalhadas. Tendo em vista o enorme leque de questões ensejadas pelo livro didático, parece claro que optar por discutir uma grande quantidade delas em algumas dezenas de páginas levou por vezes a um tratamento genérico de cada uma das questões, sendo interessante realizar estudos de caráter monográfico, que elejam uma das questões possíveis e trabalhem-na de modo mais consistente.

Por outro lado, as inúmeras críticas direcionadas ao livro didático de História acabaram resultando em desdobramentos práticos, sendo fácil notar o recente surgimento de coleções que buscam apresentar inovações em diversos campos. Essa busca pela adequação do livro didático de História aos novos tempos tem ocasionado o surgimento de coleções que se apresentam

como renovações no universo do ensino de História, de modo que as análises de livros didáticos por vezes acabam por envelhecer, tendo em vista o constante surgimento de novas obras.

Assim, este texto buscará se diferenciar de outras análises de livros didáticos de História nesses dois aspectos. Primeiramente, discutirá obras publicadas neste século que se consideram renovadoras, ou ao menos coleções antigas que apresentaram novas edições ditas modernizadas. Em segundo lugar, focar-se-á em uma questão específica: a filiação historiográfica das obras. Assim, discutir-se-á sobre diversas coleções recentes de 5ª a 8ª série, divididas em dois grupos: primeiramente aquelas que mantêm o ordenamento cronológico tradicional, vindo em seguida aquelas que utilizaram o modelo temático de exposição. Em primeiro lugar, tentar-se-á captar a proposta geral da coleção em termos teóricos, para em seguida buscar compreender como os autores trabalharam duas questões específicas: a Idade Média e a Revolução Francesa. Essa escolha se dá em função de alguns motivos. Em primeiro lugar, trata-se de duas temáticas trabalhadas por todas as correntes historiográficas, havendo, portanto, grande número de opções de explicação disponíveis para os livros didáticos escolherem a sua. Em segundo lugar, são tópicos que levantam questões diversas: um de temporalidade lenta, que abre ótimas possibilidades de ser trabalhada na longa duração; outra, o evento político por natureza. Finalmente, tendo em vista a importância dos *Annales* na renovação historiográfica, escolheu-se um tema em que a contribuição do grupo é imensa e outro menos estudado por seus membros. Assim, é possível, através dos tópicos selecionados, compreender as escolhas historiográficas que guiaram a construção das obras discutidas.

Idade Antiga, Média, Moderna, Contemporânea

A coleção *Nova História Crítica*, de Mário Schmidt, obteve boa aceitação em um período recente, em parte substantiva por sua apresentação visual bastante atraente, repleta de imagens

(utilizadas, por sinal, de forma bastante tradicional, apenas como ilustração do que está sendo dito no texto) e recursos gráficos como o box, que pretendem trazer temáticas alternativas.

A Idade Média é tratada nos dois últimos capítulos do primeiro volume e nos dois primeiros do segundo volume. O capítulo “A Idade Média” (Vol. 1, p. 242-259) se centra nos aspectos econômicos e sociais do período. A história política virtualmente não aparece: temas cruciais nesse campo, como o Sacro Império Romano-Germânico, invasão normanda da Inglaterra, Guerra dos Cem Anos ou as dinastias merovíngia e capetíngia sequer são mencionados, sendo os carolíngios citados apenas em seu início, da vitória de Carlos Martel em Poitiers à morte de Carlos Magno (p. 243-244). Trata-se claramente de escolhas que privilegiam a influência da tradição dos *Annales*, particularmente pela ênfase no social e econômico e a total ausência da política e da guerra (ver, por exemplo, BLOCH, 1987). Na verdade, a presença da famosa escola francesa se anuncia já nas primeiras linhas do capítulo, quando Schmidt retoma um argumento muito antigo (RANKE, 1979) que os *Annales* endossaram (BLOCH, 1987; FEBVRE, 2004): aquele que atribui o nascimento da Europa a partir da fusão romano-germânica no fim das invasões.

Os problemas começam a aparecer na seção “Mudanças Sociais e Econômicas” (p. 245-246), que enfatiza o fechamento do mundo medieval: perda de importância das cidades, retraimento do comércio e da moeda circulante, além da formação dos laços de dependência. O autor apenas delineia tais traços, sem esboçar qualquer tentativa de explicar o fenômeno, parecendo renunciar completamente à função do historiador de explicar os processos que estuda. A situação se mantém na seção “O Feudalismo” (Vol. 1, p. 248-250), que se atém a seu objeto igualmente sem explicar sua origem, deixando seus leitores sem qualquer pista que sugira uma explicação para a radical mudança entre a Europa da Antiguidade e a da Idade Média.

Mantendo-se coerente à influência dos *Annales*, o livro estuda o renascimento econômico dos séculos XI-XIII, atribuído, exatamente como as obras clássicas do grupo francês, à demografia (BLOCH, 1987, p. 87; LADURIE, 1974; LE GOFF, 1983, p. 274). Em seguida, tem-se o último capítulo do primeiro volume, “Cultura Medieval”, o qual nada mais é que uma coleção de curiosidades (p. 260-269). Assim, o aluno termina a quinta série informado sobre Robin Hood, Rei Artur, escolástica, universidades, mas nada sabe sobre questões centrais do período, como as formações políticas, as guerras, e pensa que o feudalismo começou no século V.

O segundo volume se abre com dois capítulos, um sobre a Alta Idade Média, outro sobre a baixa, nos quais estranhamente se repete, com algum aprofundamento, o que havia sido dito ao final do volume anterior. No primeiro capítulo se caracterizam os elementos sócio-econômicos do período, novamente sem explicá-los, e outra vez o feudalismo é apresentado como algo que atravessa toda a Idade Média. Já o renascimento econômico desta vez simplesmente não é explicado (Vol. 2, p. 34), e o feudalismo é visto como declinante a partir do século XI, precisamente quando começava a tomar a Europa de assalto.

O segundo capítulo se centra na Baixa Idade Média, vendo nela a transição para o capitalismo. Aqui surge uma guinada teórica, e tem-se uma clara influência do marxismo, presente também na ênfase sobre a luta de classes e na visão dialética, que sustenta terem o capitalismo e a burguesia nascido das contradições do feudalismo. O restante do volume mantém-se ligado a um marxismo bastante tradicional, compondo-se de 15 capítulos, cada qual consistindo em uma descrição estrutural referente à Idade Moderna: “Absolutismo”, “Mercantilismo”, “Escravidão” etc.

Assim, embora na maior parte do tempo os *Annales* pareçam ter sido a influência central na caracterização da Idade Média, torna-se claro que sua superação é explicada em termos marxistas. Outro ponto a ser notado é uma incorporação descontextua-

lizada da importância das mentalidades no estudo da Idade Média. Afinal, o grupo francês anexou as mentalidades ao território do historiador sempre em conexão com o social, o econômico e o político², ao passo que a coleção parece ter se contentado em realizar uma descrição de alguns elementos da cultura medieval, sem relacioná-los aos demais aspectos daquela sociedade. O capítulo que fecha o primeiro volume é um bom exemplo. Em primeiro lugar pelo peso gigantesco emprestado à cultura, pois enquanto é reservado um capítulo para toda a história social e econômica da Idade Média sem dar qualquer destaque ao político, a cultura recebe um capítulo inteiro. Em segundo lugar, o caráter meramente descritivo adotado quando se tematiza a questão cultural sugere novamente uma incorporação de novas temáticas de forma apresada e sem a devida reflexão.

Por seu lado, assim como outros que optaram por seguir uma ordem cronológica, o terceiro volume difere bastante do anterior: agora cada capítulo é composto da descrição de um evento-chave no declínio do Antigo Regime (Revolução Inglesa, Revolução Francesa, Independências, Revolução Industrial etc.). A opção por abolir a tradicional repartição entre História Geral, História do Brasil e História da América, que havia sido frutífera no segundo volume, até por se tratar de um período de alta integração da história atlântica³, agora começa a causar desconforto. Afinal, o volume é levado a saltar incessantemente de um país para outro de acordo com o surgimento de “grandes eventos” vistos como capitais na ascensão do regime burguês, o que concentra a atenção na temporalidade curta e nas rupturas, em um total

² Ver, por exemplo, as obras dos autores ligados aos *Annales* que escreveram sobre a Idade Média, que reservam papel importante às mentalidades, mas sempre em conexão com os demais aspectos da sociedade: BLOCH (1987 e 1999), DUBY (1993), LADURIE (1997), LE GOFF (1983).

³ O que permite a existência de livros clássicos integrando a história atlântica, ver ALENCASTRO (2000), CHAUNU (1980), LAPA (2000), LINEBAUGH (1983), NOVAIS (1979).

abandono do foco nas estruturas, presente nos dois primeiros volumes. O flerte com o marxismo e os *Annales* é agora substituído por uma concepção bastante tradicional de História, centrada nos grandes eventos políticos.

A Revolução Francesa, por exemplo, é explicada de forma bastante tradicional no quinto capítulo (Vol. 3, p. 74-93). Sua origem estaria nas insatisfações do terceiro estado, principalmente a burguesia, contra os privilégios (p. 75-76). A partir daí, uma sucessão de eventos (Estados Gerais, Bastilha, República, Terror, Convenção etc.) aparece descolada de qualquer análise estrutural, sem diferença sensível em relação às correntes mais tradicionais. A exceção são os boxes fartamente ilustrados, infelizmente mal utilizados. Um exemplo é aquele denominado “Boemia Literária e Revolução” (p. 76), que resume em algumas linhas o argumento do livro homônimo de Robert Darnton (1989) sem fornecer qualquer pista que explique em que medida aquelas linhas contribuem para a compreensão da Revolução Francesa. O mesmo vale para outros similares, sobre o novo calendário revolucionário ou o interesse de Beethoven pela Revolução. Para além do projeto gráfico, o tratamento dado pela coleção a um dos mais importantes eventos da história em nada difere daquele mais tradicional.

Assim, *Nova História Crítica* parece mais preocupado em ostentar inovações do que propriamente em levá-las a cabo. A incorporação de temáticas culturais não objetiva trazer qualquer reflexão ao leitor, sugerindo que se trata de uma tentativa de modernizar um discurso em grande parte ligado a um marxismo bastante tradicional ou a correntes ainda mais antigas e totalmente superadas pela historiografia. Já a Idade Média, em particular seus primeiros séculos, tem um tratamento influenciado pelos *Annales*, até por se tratar do período em que a contribuição do grupo foi particularmente brilhante.

Pode-se defender a coleção nesse particular, através da alegação de que obras didáticas não têm obrigação de manter a fi-

liação a qualquer corrente do início ao fim. Tal defesa poderia ser aceita se o ecletismo referido não trouxesse visíveis incoerências, das quais pode-se citar facilmente duas. Primeiramente, o leitor vê um capítulo sobre a Idade Média bastante calcado em aspectos sócio-econômicos, com ênfase na luta de classes, que busca despertar a criticidade do aluno, ser sucedido por uma descrição extremamente superficial e acrítica dos traços culturais do mesmo período. Além disso, após dois anos em que é acostumado a ver a História sob o prisma da descrição estrutural de longa duração, o aluno ao chegar à sétima série é levado a crer que o que importa em História são os grandes eventos fundadores, geralmente de natureza política. Ou seja, o ecletismo das opções teóricas acaba por bombardear o leitor de *Nova História Crítica* com visões de História bastante diferentes e até opostas, que se alternam ao longo dos volumes dedicados às séries finais do ensino fundamental. E se as aulas de História não forem capazes de dotar o aluno de uma concepção coerente e crítica da disciplina, pouco terão feito por ele.

Questões semelhantes são enfrentadas pela coleção *Diálogos com a História*, de Kátia C. P. Alves e Regina Célia M. G. Belisário. Tal como a *Nova História Crítica*, a escolha é por não separar os desenvolvimentos históricos ocorridos em espaços diferentes, de modo que a colonização da América aparece no segundo volume, em conjunto com o estudo da Europa medieval e moderna, e assim por diante, o que leva ao confronto com questões muito semelhantes às enfrentadas por Schmidt. Por outro lado, em termos gráficos há uma menor utilização de boxes, com uma visível aposta em textos complementares, cujo volume por vezes rivaliza com o texto principal do livro.

Seu tratamento da Idade Média difere daquele encontrado em *Nova História Crítica* em um ponto, bastante positivo: a tentativa de explicar como a Antiguidade Clássica desmoronou, dando lugar ao universo medieval. São apontados elementos de ordem endógena (crise romana) e exógena (invasões bárbaras)

para explicar o processo, uma explanação bastante sucinta (Vol. 2, p. 8-10), mas que ao menos se configura como uma tentativa de explicar uma transição de grande importância histórica e que havia sido ignorada na coleção anterior.

Por outro lado, a coleção se aproxima de *Nova História Crítica* pela grande influência da tradição dos *Annales*. Obviamente a grande inspiração para o estudo da Idade Média em *Diálogos Com a História* são livros como *A Sociedade Feudal*, de Marc Bloch (1987), obra que empresta seu título ao mais longo e importante dos capítulos que a coleção dedica à Idade Média. Sua enorme ênfase nos laços de dependência generalizados no período demonstra claramente essa influência. Nota-se ainda a total ausência do político: não há sequer uma referência a qualquer fato ou processo de ordem política, nem mesmo quando a política se articula a outras esferas. Por exemplo, o escasso poder real em oposição ao grande poder dos senhores feudais é sugerido, mas nunca explicitado (p. 15). Mais um eco da tradição francesa se encontra no estudo da Baixa Idade Média, que aparece sob a ótica do grupo, explicada pelo crescimento demográfico, diminuição da mortalidade em guerras e epidemias, melhoria nas técnicas agrícolas (p. 21), uma associação direta da economia a causas climáticas e demográficas, que mostra-se obviamente tributária dos *Annales*.

Também, como a coleção de Schmidt, *Diálogos Com a História* transforma servidão e feudalismo em sinônimos, sugerindo claramente que a generalização da primeira é sinal da presença certa do segundo, erro primário que inúmeros autores já apontaram: a servidão pode existir sem o feudalismo, como de fato ocorreu (FOURQUIN, 1987). Trata-se claramente de uma herança de uma versão bastante grosseira do marxismo, que faz o modo de produção derivar apenas das relações de produção.

Outro ponto negativo compartilhado com a coleção anterior é a tematização de questões culturais de forma bastante superficial. Enquanto nenhuma linha havia sido dita sobre a polí-

tica, dois capítulos inteiros (em um total de cinco dedicados ao período) são voltados para uma tentativa de ecoar no universo educacional a força da história das mentalidades. E o que se vê é novamente um amontoado de curiosidades sobre ciência, literatura, música, vestuário etc. Uma tematização da história cultural que certamente não seria defendida por nenhum membro dos *Annales* ou de outras correntes que dão grande ênfase à história cultural.

Assim como na coleção anterior, uma mudança de perspectiva ocorre no terceiro volume, quando são estudadas a crise do Antigo Regime e as independências americanas, onde os conflitos sociais e políticos passam a ter grande destaque. A Revolução Francesa ganha um espaço relativamente pequeno: dez páginas, incluindo textos complementares e atividades propostas (Vol. 3, p. 35-45). A explicação se baseia em uma impossibilidade de adaptação da monarquia absoluta à ascensão do capitalismo, sendo sua remoção uma necessidade para a burguesia, que seria a grande vitoriosa do processo, visão bastante semelhante àquela encontrada em clássicos do marxismo (SOBOUL, 2003). Assim como *Nova História Crítica*, a coleção *Diálogos com a História* faz uma transição na qual alunos que na sexta série aprenderam a ver a história sob o prisma dos *Annales*, centrada na economia, no social e em curiosidades culturais, sem qualquer atenção aos fenômenos políticos, descobrem, na sétima série, que os conflitos sociais e políticos são os elementos centrais da história.

Bem diferente é a coleção *Viver a História*, de Cláudio Vicentino. Sua divisão também se funda no formato atualmente predominante, unindo toda a história mundial em cada volume, sendo a Idade Antiga estudada no primeiro volume, os períodos medieval e moderno no segundo, o século XIX no terceiro e o século XX no quarto. A parte gráfica contém inúmeros textos complementares, vários dos quais sobre temáticas atuais que possam ter ligações com questões a serem discutidas no período estudado, uma opção interessante que, no entanto, traz o risco do

anacronismo. Se até aqui a coleção se parece com as anteriormente discutidas, a grande novidade está em sua base historiográfica, que passa ao largo dos *Annales*.

Isso fica claro quando se nota o tratamento dispensado à Idade Média, o qual privilegia imensamente fatores como a política (principalmente o Estado), a guerra e a religião. O primeiro capítulo sobre o período, dedicado a bizantinos e árabes, já segue essas diretrizes básicas. O Império Bizantino (Vol. 2, p. 23-30) é estudado a partir da divisão do Império Romano em duas metades, segue com o reinado de Justiniano, as diferenças religiosas em relação a Roma e encerra com o declínio. Já o estudo dos árabes (p. 31-43) se centra na ação de Maomé, na expansão militar que se seguiu à sua morte e na cultura árabe. São discussões que têm o interessante mérito de deslocar a discussão da Europa ocidental para outras áreas, mas se atêm a temáticas bastante tradicionais, jamais saindo da esfera político-militar-religiosa.

A Idade Média ocidental é vista como sendo fruto do encontro entre povos romanos e bárbaros, sendo privilegiados os conflitos militares e especialmente a fusão entre os grupos, argumento tão tradicional que pode ser encontrado intocado em autores clássicos da historiografia do século XIX (RANKE, 1979). Em seguida, encontram-se as trajetórias das dinastias merovíngia e carolíngia, estudadas também com ênfase em política, guerra, tratados, aspectos jurídicos (p. 44-60). A caracterização do feudalismo segue a linha tradicional, atendo-se quase que exclusivamente aos aspectos jurídicos da dominação, sem utilizá-los como base para discutir a sociedade originada por esses laços⁴ (p. 61-65).

Seguindo a mesma linha, um capítulo inteiro sobre a Igreja se centra basicamente em tópicos de teologia (p. 70-85); as Cruzadas são vistas pelo ângulo religioso e militar (p. 89-92); a cen-

⁴ Que é a opção clássica dos *Annales*. Ver BLOCH, 1987, ou ainda a última coleção estudada nesta seção.

tralização política da Baixa Idade Média é estudada nos mínimos detalhes administrativos e não aparece como tendo maiores relações com o social ou o econômico, sendo basicamente obra de alguns reis importantes (p. 96-100); a crise do século XIV é causada pelas guerras dos Cem Anos e das Duas Rosas (p. 101-106), e assim por diante. Mesmo os aspectos culturais, que, como visto anteriormente, transformaram-se numa praxe nos livros didáticos recentemente, aparecem sem qualquer traço da obra dos *Annales*, sendo voltados apenas para a arte e a filosofia (p. 106-110).

Nesse sentido, é fácil notar que a abordagem que *Viver a História* oferece sobre a Idade Média está de forma bastante coerente ancorada em visões de história cuja trajetória remonta no mínimo ao século XIX. Salvo poucas exceções⁵, o social e o econômico estão ausentes, e o Estado se encontra no centro da trama, secundado por fatores militares, jurídicos, diplomáticos e religiosos. A Revolução Francesa recebe tratamento semelhante: apesar de a análise dos antecedentes privilegiar elementos socioeconômicos (Vol. 3, p. 45-48), o restante da análise se foca unicamente nas marchas e contramarchas políticas do teatro revolucionário (p. 41-66). A exceção é a ligação feita entre os eventos da França e a Revolução Haitiana liderada por Dessalines (p. 59-61), um notável exemplo de articulação entre eventos simultâneos em espaços diferentes, que tem o mérito adicional de observar as repercussões dos conflitos do Haiti em território brasileiro, o que amplia ainda mais o grau de acerto dessa conexão feita por *Viver a História*. No entanto, salvo essa louvável exceção, a coleção aborda a Idade Média e a Revolução Francesa inteiramente presa à visão de mundo da historiografia do século XIX. Tem ainda um mérito em relação às coleções anteriores: a coerência. A coleção oferece uma mesma visão de história nos quatro volumes, fato que não ocorre nas demais obras.

⁵ Salvo engano, nos cinco capítulos dedicados à Idade Média, o social e o econômico fazem apenas duas rápidas aparições: três páginas sobre o chamado “renascimento comercial e urbano” (p. 93-95) e explicação do fim da Idade Média a partir do desenvolvimento do capitalismo comercial (p. 110-111).

Linha semelhante é seguida por *História & Vida Integrada*, de Nelson e Claudino Piletti. Nessa coleção, a Idade Média também aparece sob um foco bastante tradicional: o feudalismo tem uma definição meramente jurídica (Vol. 2, p. 9-18), os monarcas merovíngios e carolíngios são os únicos protagonistas da política (p. 19-26), a Igreja é focada sob o ponto de vista de sua riqueza, organização e são citadas algumas heresias (p. 27-32); a cultura é reduzida à arte e filosofia, ou seja, à cultura erudita, sem que a popular receba qualquer referência (p. 33-39), e assim por diante. Como dado adicional pode-se lembrar que a coleção ainda cita as três ordens como um dado da sociedade medieval (p. 12-13), malgrado os inúmeros esforços de Georges Duby (1994) e Jacques Le Goff (1983 e 1993) em mostrar que se tratava de terreno ideológico em que a coroa e os clérigos disputavam a primazia pelo poder temporal. Curiosamente, o texto no qual Piletti e Piletti demonstram a tripartição social da sociedade medieval é um escrito do Bispo Eadmer de Canterbury, que aparece nos escritos de Santo Anselmo e chegou ao conhecimento dos autores através de... Jacques Le Goff, em uma passagem (1983, vol. 2, p. 10) em que o medievalista tentava demonstrar sua tese, exatamente o oposto daquela defendida pelos autores.

Todavia, se fosse uma repetição da concepção bastante tradicional da historiografia do século XIX que se viu na coleção anterior, *História & Vida Integrada* não poderia ser mais que uma nota de rodapé neste artigo. Sua presença aqui se deve a uma característica peculiar, que é anunciada na seguinte passagem:

No final do século XI, a sociedade feudal começava a apresentar sinais de mudanças. A Igreja, principal instituição da Europa ocidental, enfrentava problemas com a corrupção de muitos de seus bispos e abades, que levavam uma vida luxuosa e abandonavam suas obrigações religiosas. Nos feudos, uma população cada vez mais numerosa não encontrava meios de produzir alimentos suficientes para todos (p. 40).

A passagem citada contém duas frases, cujo conteúdo é surpreendentemente diverso. Na primeira, temos uma visão típica da historiografia mais tradicional, apontando a atitude de um punhado de pessoas como responsável por enormes transformações sociais e econômicas (trata-se de seção que estudará a passagem para a Baixa Idade Média); na segunda, uma explicação mais próxima do marxismo e principalmente dos *Annales*, com sua ênfase no econômico. Essa mistura, de difícil digestão, aparece em outros momentos dessa unidade, geralmente unindo visões muito tradicionalistas a um marxismo que tende ao reducionismo. No mesmo capítulo de onde foi extraída a citação acima pode-se ver, por exemplo, as Cruzadas serem resultado de busca pela retomada da Terra Santa associada a uma busca pelo enriquecimento de alguns indivíduos (p. 42-43), duas explicações igualmente simplórias que, uma na esfera religiosa e outra na econômica, têm em comum o fato de atribuir uma enorme empreitada ao estado de espírito de alguns indivíduos. Algo semelhante se dá em relação à construção do estado absolutista, que se abre dizendo que “Os reis começaram então a concentrar grandes poderes, em parte por causa do apoio e do dinheiro recebido dos burgueses” (p. 58), um sinal de que o assunto será tematizado dentro de uma ótica marxista. Mas o restante do capítulo (p. 59-68) é mero desfile de grandes vultos históricos, como Felipe Augusto, São Luís e Ricardo Coração de Leão, que invariavelmente agem de modo totalmente livre de condicionantes históricas, em uma nova aparição de uma mistura pouco provável e interessante de concepções de história.

Após tudo isso, o leitor se surpreende ao chegar ao terceiro volume e ver que uma interpretação de viés marxista domina todo o volume, incluindo na escolha dos temas e na terminologia. A política, que na Idade Média era o campo de atuação de grandes homens livres das amarras de seu tempo, agora é determinada pelas estruturas sociais e econômicas. A Revolução Francesa é um exemplo típico, pois no capítulo a ela dedicado (Vol. 3, p. 86-97), rápidos boxes sobre calendário revolucionário e caricaturas não

disfarçam o conteúdo francamente marxista. Novamente temos um caso em que se deve lamentar a ausência de coerência de uma coleção, que fornece aos alunos da sexta série uma visão de história que seria muito apreciada por Ranke, para na série seguinte oferecer generosas porções de um marxismo relativamente tradicionalista aos mesmos alunos.

Como último elemento, vale notar que a coleção, assim como outras aqui apreciadas, busca soar mais atrativa aos estudantes através de inúmeros recursos, um dos quais a utilização de textos (geralmente extraídos de periódicos) sobre temas atuais que de alguma forma tenham a ver com a questão trabalhada no capítulo. No entanto, como citado anteriormente, um risco permanente é o do anacronismo, e é impossível deixar de citar o que se vê no capítulo dedicado às Cruzadas, em meio ao qual surge um texto sobre o processo que, entre as décadas de 1920 e 1940, levou à fundação do estado de Israel (Vol. 2, p. 41-42), sem que seja sugerida qualquer relação com a temática do capítulo. Subentende-se que as Cruzadas e o moderno estado israelense têm a cidade de Jerusalém em comum, mas no capítulo nada há que possa contribuir para uma discussão sobre o conflito árabe-israelense, que se constitui no núcleo do texto complementar utilizado, até porque o foco do capítulo, compreensivelmente, está no lado cristão das Cruzadas. Trata-se de um exemplo, entre outros, de uma sobrevalorização de recursos que possam soar atrativos aos jovens leitores, em detrimento de uma preocupação em ajudar os mesmos a construir uma visão coerente e articulada da disciplina estudada.

Finalizando esta seção destinada às coleções que adotam o ordenamento cronológico tradicional, é necessário citar aquela em que a influência dos *Annales* no estudo da Idade Média traz um resultado coerente: *Saber e Fazer História*, de Gilberto Cotrim. Os germânicos são mostrados tanto no papel de imigrantes quanto no de invasores dentro do Império Romano, são ressaltados aspectos econômicos e políticos de seu meio que sobrevivem

riam na Idade Média. As dinastias francas não são ignoradas nem reduzidas a um desfile de monarcas: as reformas administrativas e a renascença carolíngia têm aqui seu papel, bem como o papel da Igreja na transformação dos invasores (Vol. 2, p. 10-21).

O feudalismo é definido em termos muito próximos aos de Jacques Le Goff, primeiramente como sistema jurídico, mas também como caracterização social e econômica (p. 23); as três ordens são vistas como ideologia, ainda que em certas passagens um leitor menos atento possa passar despercebido por essa observação, que aparece muito rapidamente, ao final da seção destinada ao assunto (p. 24-25). A visão da coleção sobre economia se situa plenamente inserida na tradição dos *Annales*, sendo a “produção econômica” estudada a partir da caracterização das partes do feudo (p. 26-27), enquanto o crescimento econômico posterior ao ano mil é explicado através da dinâmica dos conflitos sociais, que gerariam transformações na organização do trabalho agrícola e nas técnicas empregadas, possibilitando um aumento da produção (p. 28-32). Já a crise do final do período medieval é explicada em termos econômicos (esgotamento das terras, queda da produtividade, peste negra), políticos (guerras) e religiosos (cisma de Avignon), um conjunto de explicações que também remete à tradição fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre.

O capítulo destinado à cultura também apresenta importantes diferenças em relação aos demais aqui analisados, atentando para a força material e simbólica da Igreja, às universidades, à arte e à cultura popular, esta abordada em um tom claramente devedor da obra de Mikhail Bakhtin (1999), uma visão geral bastante próxima à visão dos *Annales*, ainda que ao fim a heresia e as Cruzadas sejam vistas de modo mais tradicional (p. 37-48).

Já a parte sobre a Revolução Francesa mantém-se dentro dos parâmetros marxistas, sem faltar longas citações de Albert Soboul e Eric J. Hobsbawm (Vol. 3, p. 62-75), mas o texto é construído de forma mais coerente, de modo que não se trata, como

em diversos casos analisados aqui, de expor causas estruturais para a explosão da revolução, seguidas de uma narrativa convencional da política revolucionária. Aqui a análise como um todo se funda no marxismo, sendo que os elementos estruturais nunca deixam de aparecer em meio aos eventos estudados. De toda forma, essa visão marxista não chega a ser propriamente incompatível com a grande influência dos *Annales* (principalmente de Jacques Le Goff) que se encontra na parte destinada à Idade Média, visto que Le Goff adota uma visão de história em alguns de seus livros que se aproximam com certa frequência de algumas posições marxistas⁶.

História Temática

Por seu lado, a coleção *História Temática*, de Andrea Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Catelli Jr., persegue sistematicamente uma inovação nas concepções de História apresentadas aos alunos das séries finais do ensino fundamental. O caminho escolhido é o da história temática: estudo de temas específicos (“Diversidade Cultural”, “Terra” etc.) ao longo da História, em vez de privilegiar a tradicional linha do tempo. Uma escolha claramente influenciada pela obra de Paul Veyne, que em diversos trabalhos (1989 e 1995) pregou a importância de a disciplina histórica se voltar para o estudo das diferenças entre os significados que termos como “cidade” ou “guerra” assumiram ao longo do tempo⁷. Tal ideia de História, que a aproxima bastante de uma sociologia comparada, é explicitamente a proposta de Montellato, Cabrini e Catelli.

⁶ Influência reconhecida em obras como LE GOFF, 1993:10-11.

⁷ O que não se pode confundir com a “história dos conceitos” alemã, definida por um de seus mais influentes praticantes como “a que mede e investiga a diferença ou convergência entre conceitos antigos e categorias atuais do conhecimento” (KOSELLECK, 1993:334). Trata-se, portanto, de uma vertente, mais aparentada à história do discurso anglo-saxônica, de Skinner e Pocock (POCOCK, s. d.), que à defesa de Veyne da centralidade dos conceitos na análise dos processos históricos.

Na prática, essa concepção transforma a coleção em algo significativamente diverso do que tradicionalmente se encontra em obras do gênero. A começar por seu primeiro volume (denominado *Tempo e Culturas*), o qual não tem como objetivo trabalhar nenhum conteúdo tradicional de História, buscando levar os alunos da quinta série a refletirem sobre categorias como tempo, memória, cultura, cidade, entre outros. Neste primeiro momento, é difícil deixar de sublinhar os ganhos trazidos pela proposta da coleção: a priorização da História como forma de apreensão problematizada da experiência humana, e não como uma série de conteúdos que devem ser impingidos aos alunos, sem dúvidas é uma escolha extremamente satisfatória.

Indo mais diretamente às temáticas centrais deste artigo, é possível notar que salvo em algumas aparições curtas ao longo da coleção (como por exemplo, no estudo da mentalidade dos navegadores que exploraram a América, Vol. 2, p. 34-37), a Idade Média é tematizada em um único capítulo (Vol. 3, p. 40-65), o qual adota uma abordagem grandemente inspirada pelos *Annales*, enfatizando as invasões, os laços de dependência, o feudalismo, a divisão da sociedade em ordens, aspectos culturais e reservando pouquíssimo espaço para a política. Tal como o grupo francês, a coleção privilegia o econômico (muito mais centrado na circulação e nas trocas que na produção), o social e o mental. O capítulo pode ser visto, assim, como um eco das marcantes obras que os *Annales* realizaram no campo da História Medieval.

No entanto, essas escolhas, como quaisquer outras, não estão isentas de problemas. O abandono do político, traço essencial da Nova História (BURGUIÈRE, 1979, p. 1350-1352), por exemplo: a própria revista dos *Annales* admitiu, em editorial dos anos 1980, as funestas consequências dessa opção (DOSSE, 2004, p. 24), que resultaram na obscuridade de uma dimensão essencial de todas as sociedades, e pode-se dizer que o “retorno da política” à História é um dos fatos marcantes da historiografia dos anos 1990, mesmo no interior da tradição dos *Annales* (BOUTIER e JULIA,

1998; IGGERS, 2005, p. 138). Assim, *História Temática* só tem meia página a dizer sobre aspectos políticos daqueles mil anos, num resumo brevíssimo da ascensão e queda dos merovíngios (o nome da dinastia sequer é mencionado) e dos carolíngios (apenas algumas linhas sobre Pepino e Carlos Magno). Não se trata, obviamente, de pregar um retorno às velhas histórias de reis e batalhas, mas apenas reconhecer o fato óbvio de que a política é um elemento central em qualquer momento histórico, e seu esquecimento torna a compreensão de qualquer período incompleta.

Tanto mais quando se observa que a cultura material (novamente a influência dos *Annales*) recebe muito mais espaço, com duas páginas completas (p. 61-62) sobre moradia, alimentação e vestuário. E aqui uma semelhança com algumas das coleções anteriores: novamente aparece uma incapacidade de articular a cultura ao todo social, de forma que os aspectos culturais aparecem isolados da análise do período como um todo. Gráficamente a separação é evidente, e em termos analíticos a contribuição desses aspectos para a compreensão da Idade Média é nula, da forma como é apresentada. Novamente a cultura aparece como um apêndice, mais como curiosidade do que como parte integrante da análise.

Já a Revolução Francesa recebe igualmente um capítulo (Vol. 4, p. 75-96). Aqui a influência dos *Annales* perde força, e vemos uma explicação inteiramente calcada em uma versão clássica do marxismo. A Revolução é pensada como uma revolução burguesa, na qual os privilégios da nobreza e do clero travavam o desenvolvimento capitalista, levando uma burguesia vitaminada pelo Iluminismo a buscar a ruptura. Esse é o argumento da coleção, que é relativamente bem desenvolvido, mas deixa algumas perguntas no ar.

A principal delas: por que uma coleção tão inovadora em termos de organização e proposta teórica nada mais pôde oferecer a seus leitores que uma versão bastante tradicional (ainda que bem trabalhada) daquele que talvez seja o evento mais im-

portante da História? A resposta, novamente, me parece estar nas opções teóricas: como os *Annales* não demonstraram grande interesse pela Revolução Francesa, isso deixou os autores de *História Temática* desarmados para enfrentar um evento que não poderiam evitar, levando-os a unir duas posturas: de um lado, a coleção abraça a tradicional visão marxista sobre o assunto; de outro, busca sempre que possível tematizar questões alternativas, como o calendário revolucionário, nas quais os *Annales* nadam como peixes dentro d'água.

A contradição é, assim, apenas aparente. Ao abandonar os *Annales* na hora de explicar a Revolução Francesa, *História Temática* faz o mesmo que os membros do grupo: busca outro modelo explicativo onde a escola francesa não se interessou ou não foi capaz de construir um (REVEL, 1989, p. 35). Aqui, podemos esboçar um diagnóstico sobre a efetivação da proposta de *História Temática*. Assim como o arcabouço que lhe forneceu a base teórica (seguida com consistência ao longo dos volumes), a coleção apresenta inovações importantes, que efetivamente aparecem como capazes de trazer uma visão diferenciada de História para seus leitores. No entanto, não deixa de trazer novos problemas no campo teórico, dos quais se sobressaem dois. A incapacidade de trazer uma nova leitura do político (que se traduz numa tendência a evitar o assunto, e quando é inevitável que seja tratado, surge com uma abordagem bastante tradicional) e um grande desejo de incorporação da história cultural, nem sempre com bons resultados.

A coleção *Historiar*, de Dora Schmidt, é de avaliação mais difícil, dada a forma pela qual abraça a história temática. A proposta tem semelhanças com *História Temática*, mas as diferenças são sensíveis ao primeiro olhar. Montellato, Cabrini e Catelli utilizam conceitos consagrados pela prática historiográfica para, a partir deles, discutirem conteúdos clássicos da História. Não se veem obrigados a discutir *todo* o conteúdo que normalmente é ministrado aos alunos das séries finais do ensino fundamental, mas não deixam de tematizar aquilo que consideram essencial. A

coleção *Historiar*, por seu lado, envereda por caminhos significativamente diversos.

Em primeiro lugar por se fixar em apenas dois eixos ao longo dos quatro volumes: aqueles consagrados ao terceiro ciclo se centram no conceito “juventude” (sendo que o segundo volume articula tal conceito ao de “cidadania”) e os do quarto se centram em “direitos humanos”. Aqui as coisas se complicam por duas razões. Primeiramente, não parece claro o critério que levou à adoção desses dois temas, sendo a juventude em especial uma questão pouco eficiente para aglutinar um grande número de temáticas históricas ao longo de dois anos. Em segundo lugar, o fato de se utilizar apenas esses dois conceitos para quatro anos leva a um impasse. A noção de “direitos humanos”, por exemplo, acaba por ser tão esgarçada para conter tamanha amplitude de assuntos (cultura, trabalho, guerra, exclusão social, e assim por diante) que acaba por perder qualquer validade analítica. Em suma: como tudo parece passível de se encaixar na rubrica “direitos humanos”, o termo acaba sendo totalmente esvaziado de significado.

Ainda na comparação com coleção analisada no item anterior, nota-se em *Historiar* uma total pulverização da explicação histórica. O leitor se vê jogado de um período a outro dentro de cada temática escolhida, de modo que não se tem uma visão de conjunto mesmo do mais simples evento. Tome-se como exemplo os dois casos que têm norteado este artigo. A primeira referência à Idade Média aparece em um box, onde é definida em um parágrafo, para esclarecer a leitura de um texto de Giovanni Levi sobre a juventude (Vol. 1, p. 25). No fim do mesmo volume (p. 163-165) aparecem três páginas fartamente ilustradas com alguns parágrafos de “História da Sociedade Medieval”, na verdade uma descrição genérica das relações de dependência e do aparecimento do Estado moderno entre 1100 e 1600. Em outro volume, uma página extraída de Georges Duby sobre a fome no mundo medieval (Vol. 3, p. 57), meia página explicando que o trabalho era então basicamente ligado à terra, sustentáculo do poder da realeza, cle-

ro e nobreza (p. 80), outra meia página explicando a relação dos homens medievais com as catedrais (p. 141) e uma exígua sinopse de *O Nome da Rosa* (filme e livro) desacompanhada de qualquer discussão (p. 189-190). O último volume contém algumas linhas extraídas de Marc Bloch sobre as invasões muçulmanas e normandas ao fim do primeiro milênio, sem discuti-las ou ao menos datá-las (Vol. 4, p. 61). Não há, portanto, qualquer visão de conjunto sobre o período, que aparece de forma extremamente fugaz e descontextualizada em pontos esparsos da coleção.

A Revolução Francesa não teve melhor sorte. Recebe uma página na seção sobre os direitos do cidadão (Vol. 1, p. 158), onde se narra apenas as reivindicações de igualdade do Terceiro Estado que resultaram na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Dois volumes após aparece a transcrição da referida Declaração, sem qualquer comentário ou discussão sobre a Revolução que a gerou (Vol. 3, p. 156-157). O mesmo volume contém ainda uma discussão sobre a importância das ideias-mestras da Revolução para o desenvolvimento da imprensa (p. 199-200).

Na prática, e tendo em vista os elementos arrolados, é possível afirmar que *Historiar* não pode ser classificada como obra de História. Em primeiro lugar por sua renúncia completa à explicação, elemento central na tarefa do historiador. Quando se fala de “guerra” são listadas inúmeras conflagrações em tempos e espaços diversos, que têm muito pouco a ver umas com as outras, cada uma delas recebendo análise curta e superficial, raramente ultrapassando a meia página. Ou seja, trata-se, na verdade, de uma sociologia comparada de escassa qualidade, tendo em vista a exiguidade da explicação proposta para os fenômenos, que se sucedem vertiginosamente a partir de critérios que nem sempre são claros.

Além disso, nenhum processo histórico é trabalhado de forma palpável ao longo dos quatro anos abrangidos pela coleção, e a cultura pop dos anos 1960 recebe um espaço maior que aquele dedicado, por exemplo, à Idade Média, à Revolução Francesa ou

à Primeira República. Talvez tenha se tratado de uma tentativa de tornar o livro mais atraente ao público jovem, mas o preço acabou sendo o total abandono da História. No que depender de *Historiar*, seu leitor não terá qualquer conhecimento histórico, seja em termos de conteúdo, seja no campo de uma concepção coerente de História. Assim, buscando construir uma coleção atraente e atenta aos novos temas e múltiplas temporalidades e culturas (por sinal, bandeiras dos *Annales*), *Historiar* acaba por se afastar completamente daquilo que qualquer historiador entende por História, não devendo ser considerada uma obra pertencente a esse ramo do conhecimento.

Já a coleção *O Jogo da História* se inicia da pior forma possível. É contada uma história na qual o jogador de futebol Garrincha é retratado como um indivíduo incapaz de assimilar a disciplina, mantendo-se isolado em um mundo de prazer e diversão. Em seguida, somos informados de que isso se deve à sua ancestralidade indígena, em uma imagem de extrema essencialização, que reafirma um estereótipo secular e nos mantém presos à visão de mundo dos portugueses de quinhentos anos atrás (Vol. 1, p. 10-11). Para não deixar dúvidas de que compartilham tais estereótipos, os autores nos informam que os portugueses estranharam o fato de os índios não trabalharem e viverem para o lazer (p. 13), quando é óbvio que os indígenas trabalhavam, mas não no sentido capitalista⁸, e incapazes de perceberem tais sutilezas, os portugueses com certa frequência estigmatizaram-nos como preguiçosos, estigma que *O Jogo da História* reafirma alegremente, travestindo o argumento de uma condescendente aprovação por tal modo de vida.

Após esse início desastroso, a coleção aos poucos vai delineando sua proposta de trabalho, também dentro da linha temática. No entanto, como já observado, tal modelo, longe de ser

⁸ Ver, por exemplo, CUNHA, 1998.

uma solução mágica, traz consigo novas questões. No caso de *O Jogo da História*, a Idade Média surge logo no primeiro volume, sem qualquer referência pré-existente à Antiguidade. O Medievo aparece assim como um dado histórico, e não como resultante da desagregação do mundo antigo. Assim, novamente temos a tendência de travestir a disciplina histórica de sociologia comparada: a Idade Média aparece como uma realidade existente, e não como algo que resultou de um processo anterior e tampouco exibiu mudanças ao longo de seus mil anos.

Em relação à caracterização do universo medieval, nota-se na coleção a mesma tendência de outras do gênero, com uma enorme valorização de aspectos culturais, em detrimento da história social, econômica e principalmente política. A sociedade medieval é liquidada em uma página e meia (Vol. 1, p. 75-76), onde se atribuem os laços de dependência e a divisão em três ordens às guerras, explicação referenciada em longa tradição endossada, entre outros, por Marc Bloch (1987). A história econômica e política do período está completamente ausente de *O Jogo da História* (no caso da história econômica, as exceções são breves referências à burguesia e às cidades), que, no entanto, dá enorme importância à história cultural, com páginas dedicadas aos hábitos cavaleirescos, ao amor cortês e ao jogo de xadrez. Assim, é perceptível uma clara desproporção que denota claramente as prioridades da coleção. Não se fala do retraimento econômico dos primeiros séculos da Idade Média, nem do reavivamento da atividade comercial e agrícola após o século X, não se conceitua o feudalismo ou a realeza medieval, mas elementos acessórios vinculados ao universo cultural ganham enorme espaço nas páginas da coleção.

E mesmo nas poucas linhas dedicadas à história social, os problemas se avolumam. Vemos por exemplo a reprodução de um texto coevo que atribui um caráter natural à divisão da sociedade em três ordens (p. 83). Tal afirmação, que aparece sem qualquer problematização, vai na contramão do que qualquer historiador

do século XX possa ter escrito, ao passo que já se observou que importantes expoentes da escola dos *Annales* analisaram essa tripartição da sociedade como ideologia desejosa de naturalizar tal situação.

E mesmo no que tange à história cultural, percebe-se uma dificuldade de incorporação: assim como outras coleções, *O Jogo da História* parece buscar nos *Annales* a inspiração para a adoção de tais temáticas, mas, também como as demais, escorrega nos mesmos pontos. Primeiramente, ao contrário da tradição francesa, a cultura de elite é grandemente privilegiada nas páginas da coleção, ao passo que a historiografia da cultura tem recusado terminantemente tal associação entre a cultura e a elite, preferindo buscar seus temas na “mentalidade popular” ou “cultura popular”⁹. Em segundo lugar, tais questões aparecem totalmente descoladas dos processos históricos e, portanto, fora de contexto, surgindo mais como curiosidades que como instrumentos de reflexão, ao contrário da famosa escola francesa, capaz de produzir estudos de alta qualidade nos quais a mentalidade aparece como um elemento-chave na compreensão da história do período¹⁰.

Já a Revolução Francesa aparece situada entre outros processos contemporâneos que de alguma forma podem ser colocados em paralelo, tais como a Inconfidência Mineira e a Revolta dos Alfaiates (Vol. 3, p. 121-139). A rigor, deve ser considerada a melhor abordagem para o assunto entre as coleções discutidas. Todo o processo, com suas reviravoltas, é lembrado no que teve de essencial, sempre em perspectiva com os elementos que determinaram o rumo da agenda política: o Iluminismo, a busca por cidadania, a crise econômica, a fome, posteriormente as guerras. E (finalmente!) as mentalidades irrompem articuladas com os demais aspectos do processo estudado, através de um texto de Lynn Hunt (p. 139) que aponta os efeitos que os eventos revolu-

⁹ Para um resumo do debate, ver DARNTON, 1995, cap. 10 e 12.

¹⁰ Para um exemplo da melhor qualidade, ver BLOCH, 1999.

cionários trouxeram para o cotidiano dos parisienses que viveram aqueles momentos turbulentos. Sem dúvidas uma descrição competente de todo o processo, no qual a alucinante marcha dos acontecimentos não faz perder de vista as causas estruturais das transformações, as repercussões externas e internas, incluindo aí a questão das mentalidades.

Epílogo

Na hora de fazer um balanço, é indispensável relembrar que o propósito do presente artigo é discutir as coleções estudadas unicamente sob o prisma historiográfico, a partir do tipo de exploração adotada na compreensão de dois processos específicos. Obviamente que cada uma das coleções possui inúmeros outros elementos que devem ser debatidos, mas este não é o momento para tal discussão. Mas é importante notar que durante muito tempo o livro didático foi criticado por não incorporar novas conquistas da historiografia, e o que se vê nas coleções mais recentes são precisamente tentativas de responder a essas demandas. No entanto, a novidade não é garantia de qualidade: sempre que surgem novas questões, como história cultural, interdisciplinaridade ou multiculturalismo, sua simples e imediata incorporação à sala de aula não garantirá um enriquecimento da formação dos nossos alunos. Tais novidades se apresentam antes como desafios a serem encarados que propriamente como soluções, muito menos soluções imediatas.

Infelizmente os pareceristas do Ministério da Educação pensam de maneira radicalmente diversa. Análises produzidas pela equipe do ministério se mostraram bastante complacentes com as limitações das obras temáticas (BRASIL, 2004, p. 97-114 e 132-149). Em particular as coleções *Historiar* e *História Temática* foram apenas louvadas por suas propostas renovadoras (com a exceção de um pequeno parágrafo crítico em meio a páginas apologéticas), tendo sido ignorados completamente os problemas aqui levantados. E note-se que este capítulo se ocupou de apenas um pequeno

leque de questões, e mesmo assim pôde identificar inúmeros problemas na concretização da proposta de seus autores. Basta notar que a coleção *O Jogo da História* é repetidamente louvada por fugir do eurocentrismo, ao passo que já em sua abertura mostra-se mais embebida que nunca na visão eurocêntrica. No entanto, os analistas do Ministério da Educação se mostraram bastante satisfeitos: estão por certo convencidos de que basta incorporar novidades ao livro didático, não importa como. Em suma, tais pareceristas parecem concordar com os autores da coleção no pensamento de que falar de africanos e indígenas implica na resolução do problema do eurocentrismo e em uma abertura ao multiculturalismo, independente de como a questão seja abordada.

No aspecto aqui focalizado, é possível notar que em meio à diversidade das coleções, alguns elementos surgem em comum a todas elas. Primeiramente, fica-se com a sensação de que as coleções são sintoma de uma insatisfação geral com alguns elementos clássicos do ensino de História no Brasil. A maior parte das coleções rejeita o elogio ou mesmo a centralidade dos “grandes homens”, retira importância dos “grandes eventos”, usa e abusa de recursos que tentam tornar o produto mais atraente (incluindo recursos gráficos e a utilização de outras fontes, como documentos coevos, músicas, charges etc.), busca incorporar novos temas e objetos de análise, e algumas rejeitam mesmo o modelo quadripartite sob o qual se erigiu o ensino de História no Brasil.

Por outro lado, a repetição de alguns problemas também é uma constante. Em primeiro lugar, a recusa do político e a incorporação de novos objetos (preferencialmente ligados à história cultural), posturas muito frequentes que denotam a enorme influência dos *Annales* nesse processo de renovação, são escolhas que merecem ser observadas com cuidado. A política é uma dimensão essencial a qualquer sociedade, não havendo qualquer escola de pensamento histórico que discorde de tal afirmação. Seu virtual desaparecimento das páginas de várias coleções é um fato a ser lamentado. Por outro lado, tal postura é insustentável em

diversos momentos, como a Revolução Francesa, e aí surgem os problemas. Diversas coleções estudadas tiveram enormes dificuldades em explicar um processo de tamanha relevância em novos termos, terminando por tender a recontar a mesma velha história de sempre, sem conseguir inserir novidades no estudo de uma questão central à história mundial, com a exceção citada no fim do item anterior.

Construir uma abordagem para a história política que faça justiça à sua importância sem que se tenha necessariamente de recorrer aos velhos esquemas é algo que deve estar na pauta urgente; outra questão que merece ser incluída diz respeito à incorporação da história cultural. Diversas coleções demonstram enorme interesse em fazer jus à imensa importância que tal modalidade assumiu na historiografia a partir dos anos 1970. No entanto, enfrentaram sem qualquer sucesso os mesmos problemas: a tendência a associar “cultura” à “cultura de elite”, óbvia no caso da Idade Média, e a incapacidade de tratar a cultura como parte do todo social, de modo que invariavelmente surgiu nas coleções estudadas como um mundo à parte. Assim, a história cultural na Idade Média, por exemplo, nada mais apresenta, para os autores das coleções estudadas, que uma coleção de curiosidades relativas à cultura de elite do período. Vale notar que nenhuma corrente histórica, nem mesmo aquelas mais radicais na defesa da primazia do cultural (CHARTIER, 1989 e 1990) defende tais posturas, vendo sempre a cultura como associada ao todo social e como parte do patrimônio coletivo, a despeito de seus matizes. O insuspeito Jacques Le Goff, um dos maiores defensores da história cultural, teceu duras críticas à vulgarização dos estudos sobre o cotidiano, acrescentando que “O cotidiano só tem valor histórico e científico no seio de uma análise dos sistemas históricos, que contribuam para explicar o seu funcionamento” (LE GOFF, s/d, p. 93).

Vale lembrar que os próprios historiadores dos *Annales* têm criticado a forma pela qual o ensino de História na França tem incorporado suas propostas. Em 1988, o mesmo Jacques Le Goff foi

enfático na necessidade de recuperar a cronologia como elemento indispensável para a aprendizagem dos processos históricos:

É preciso reduzir a história-narrativa a apenas um meio entre outros da pedagogia no ensino escolar e da divulgação. A esse respeito, gostaria de lembrar o grave erro de compreensão que levou certos funcionários animados pela melhor das intenções do mundo, principalmente na França e na Bélgica, na década de 70 e no início da de 80, a quererem introduzir nos programas escolares o que eles acreditavam ser a nova história. (...) Um mal-entendido particularmente surpreendente produziu-se no domínio da cronologia, onde a introdução de novas concepções do tempo e da duração em história levou, às vezes, a uma quase liquidação da cronologia, ao passo que esta continua sendo um conjunto de referências que sem dúvidas deve ser enriquecido, flexibilizado, modernizado, mas que permanece fundamental para o próprio historiador, para os jovens e para o grande público (LE GOFF, 2001, p. 7-8).

Marc Ferro (outro importante historiador ligado aos *Annales*) nota que, na ocasião, “um certo número de professores, animados por uma pedagogia inovadora, bradaram indignados: estava se voltando à ‘história dos avós’” (1989, p. 122). Ferro nota que tal crítica soa absurda para quem quer que tenha lido uma obra qualquer de Le Goff ou outro membro da escola dos *Annales*: trata-se apenas de mostrar que a história política ou nacional e o apego à cronologia continuam sendo importantes, apenas devendo ser adequadamente problematizados e deixando de ser as únicas preocupações do historiador.

Mas o mais grave dos problemas se encontra nos métodos buscados para substituir o modelo quadripartite. As coleções que adotaram o modelo temático fundam-se, como anteriormente notado, na concepção de Veyne, segundo o qual seria louvável que o historiador estudasse os diferentes significados de cada conceito ao longo das épocas, realizando um “inventário das diferenças” entre os sentidos que termos como “guerra” tiveram ao longo dos anos, para em seguida compreender o porquê dessas diferenças.

As coleções que adotaram tais procedimentos ficaram, porém, na metade do caminho. Contentaram-se em falar de seguidas guerras ao longo dos séculos, sem inventariar as diferenças que separavam a visão dos homens de cada época sobre o assunto e muito menos explicar as mudanças. Assim, a História perdeu muito de sua especificidade nessas obras, que mais se assemelham a uma infinidade de narrativas fragmentadas que quando muito chegam a ser sociologia comparada (pois a comparação muitas vezes sequer acontece). A diacronia e a explicação das transformações perderam muito espaço, bastando notar que nenhuma das coleções que adotaram esse modelo investiu uma linha sequer que tentasse entender como a desagregação da Antiguidade pôde gerar uma sociedade tão distinta, ou por que o feudalismo surgiu, em vez de simplesmente constatar a existência do Medieval ou do feudalismo. Em suma, tais coleções renunciaram à dimensão essencial que confere a especificidade da História (a diacronia) e também à tarefa essencial do historiador (a explicação dos fenômenos, muito além da mera narração ou constatação). Há de se convir que não são problemas de pouca importância.

Em resumo, é necessário louvar as tentativas de renovar o ensino de História, em especial à luz dos desenvolvimentos historiográficos recentes. No entanto, é fundamental que se tenha em mente que isso não se faz de forma simples, e que invariavelmente a adoção de novas posturas traz novas questões a serem enfrentadas, como as apontadas acima. Que sejam superadas o quanto antes para que o ensino de História no Brasil possa chegar ao patamar que merece.

Coleções Discutidas

ALVES, Kátia Corrêa Peixoto e BELISÁRIO, Regina Célia de Moura Gomide. *Diálogos com a História*. Curitiba: Positivo, 2005.

CAMPOS, Flávio de, AGUILAR, Lídia, CLARO, Regina e MIRANDA, Renan Garcia. *O Jogo da História*. São Paulo: Moderna, 2004.

- COTRIM, Gilberto. *Saber e Fazer a História*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- MONTELLATO, Andrea, CABRINI, Conceição e CATELLI Jr., Roberto. *História Temática*. São Paulo: Scipione, 2002.
- PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. *História e Vida Integrada*. São Paulo: Ática, 2007.
- SCHMIDT, Dora. *Historiar: fazendo, contando e narrando a História*. São Paulo: Scipione, 2004.
- SCHMIDT, Mário. *Nova História Crítica*. São Paulo: Nova Geração, 1999.
- VICENTINO, Cláudio. *Viver a História*. São Paulo: Scipione, 2002.

Bibliografia Citada

- ALENCASTRO, Luís Felipe de (2000). *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico sul – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 525 p.
- BAKHTIN, Mikhail (1999). *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec. Brasília: Ed. UnB, 4ª edição, 419 p.
- BITTENCOURT, Circe (1997). “Livros Didáticos Entre Textos e Imagens”. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto.
- BLOCH, Marc (1987). *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 496 p.
- _____ (1999). *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio – França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 433 p.
- BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (Orgs.). (1998) *Passados Reconstituídos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ-Ed. FGV, pp. 21-61.

- BRASIL (2004). *Guia de Livros Didáticos 2005, v. 5: História*. Brasília: Ministério da Educação.
- BURGUIÈRE, André (1979). “Histoire d’une Histoire: la naissance des annales”. *Annales: économies, sociétés, civilisations*, ano 34, nº 6, pp. 1347-1359.
- CAIMI, Flávia Eloísa (1999). “O Livro Didático: algumas questões”. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *O Livro Didático e o Currículo de História em Transição*. Passo Fundo: Ediupf, pp. 23-109.
- CHARTIER, Roger (1989). “Le monde comme représentation” *Annales ESC*, novembre-décembre, nº6, pp. 1505-1520.
- _____ (1990). *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.
- CHAUNU, Pierre (1980). *Sevilha e a América nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 342 p.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) (1998). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras-SMC-Fapesp, 2ª edição, 608 p.
- DARNTON, Robert (1989). *Boemia Literária e Revolução: o sub-mundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 271 p.
- _____ (1995). *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 330 p.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas – dos Annales à Nova História*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- DUBY, Georges (1993). *Guerreiros e Camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu – séc. VII-XII*. Lisboa: Estampa, 2ª edição, 294 p.
- _____ (1994). *As Três Ordens ou O Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 2ª edição, 383 p.

- FEBVRE, Lucien (2004). *A Europa: a gênese de uma civilização*. Bauru: Edusc, 332 p.
- FERRO, Marc (1989). *A História Vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 157 p.
- FONSECA, Selva Guimarães (2003). *Didática e Prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papirus, 255 p.
- FOURQUIN, Guy (1987). *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Ed. 70, 229 p.
- FRANCO, Maria Laura P. B. (1982) *O Livro Didático de História no Brasil: a versão fabricada*. São Paulo: Global, 105 p.
- IGGERS, Georg G. (2005) *Historiography in the Twentieth Century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Middletown: Wesleyan University Press, 198 p.
- KOSELLECK, Reinhart (1993). *Futuro Pasado*. Barcelona: Paidós, 334 p.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy (1974). “L’Histoire Immobile”. *Annales: économies, sociétés, civilisations*, ano 29, nº 3, pp. 673-692.
- _____ (1997). *Montaillou: povoado occitânico, 1294-1324*. São Paulo: Companhia das Letras, 576 p.
- LAPA, José Roberto do Amaral (2000). *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec-Ed. Unicamp, 382 p.
- LE GOFF, Jacques (1983). *Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 2 v.
- _____ (2001). “A História Nova”. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 4ª edição, pp. 25-57.
- _____ (s. d.). *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 247 p.

- LINEBAUGH, Peter (1983). “Todas as Montanhas do Atlântico Estremeceram”. *Revista Brasileira de História*, nº 6, pp. 7-46.
- NOVAIS, Fernando A. (1979) *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 420 p.
- POCOCK, John G. A. (s. d.) “Conceitos e Discursos: uma diferença na cultura?”, mimeo.
- RANKE, Leopold von (1979). “Da Unidade Essencial dos Povos Romanos e Germânicos e de Sua Comum Evolução”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *Leopold von Ranke: história*. São Paulo: Ática, p. 65-79.
- REVEL, Jacques (1989). *A Invenção da Sociedade*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 269 p.
- SOBOUL, Albert (2003). *A Revolução Francesa*. São Paulo: Difel, 8ª edição, 112 p.
- VEYNE, Paul (1989). *O Inventário das Diferenças*. Lisboa: Gradi-va, 42 p.
- _____ (1995). “A História Conceitual”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 4ª edição, pp. 64-88.